

**EDUCAÇÃO TEOLÓGICA A DISTÂNCIA: PERSPECTIVAS
TEÓRICAS PARA ANÁLISE DA VIABILIDADE DE UMA
FORMAÇÃO DE LIDERANÇA RELIGIOSA NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Porto Alegre, 15 de maio de 2009.

ELISEU ROQUE DO ESPÍRITO SANTO

INSTITUTO ECUMÊNICO DE PÓS-GRADUAÇÃO / ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA

eliseu.roque@gmail.com

CONTEÚDOS E HABILIDADES

EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA

RELATÓRIO DE PESQUISA

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

RESUMO

Apresenta-se as perspectivas teóricas para análise da viabilidade de uma formação de liderança religiosa na modalidade a distância. A educação teológica tem como objetivo prioritário a formação de liderança religiosa para as igrejas cristãs. A estratégia de pesquisa adotada é Estudo de Caso. São objeto do estudo os cursos de Bacharel em Teologia oferecidos pela Faculdade de Teologia da Universidade Metodista de São Paulo e pelo Centro Universitário da Grande Dourados. Na fase inicial da pesquisa busca-se estabelecer a plataforma teórica para as análises. A educação teológica evangélica brasileira reproduziu com muita dificuldade os modelos norte-americano e europeu. Sem poder sustentar esse modelo buscou nos anos 60 e 70 alternativas. A Educação Teológica por Extensão se mostrou promissora nas primeiras experiências com a utilização do método de Instrução Programada. A experiência não foi muito adiante, pois, possuía deficiências técnicas-pedagógicas que provocavam pouca interação e limitada reflexão crítica. A educação a distância baseada nas novas tecnologias de comunicação e informação trazem a possibilidade da oferta de uma educação teológica de qualidade e descentralizada dos principais centros de formação. No entanto, a formação teológica, como formação religiosa, não pode ser vista apenas como formação acadêmica, mas também moral, comunitária e espiritual – constituindo-se, estas três últimas dimensões, o grande desafio para a formação na modalidade a distância.

Palavras-chave

Educação teológica, educação a distância, espiritualidade, formação comunitária

Introdução

Educação teológica como curso de graduação autorizado pelo MEC e na modalidade a distância é fenômeno recente. Conforme o Anuário Brasileiro Estatístico de educação Aberta e a Distânciaⁱ só havia em 2008 três cursos autorizados e oferecidos nas seguintes instituições: Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN)ⁱⁱ, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)ⁱⁱⁱ e do Centro Universitário Claretiano^{iv}.

A pesquisa que está em andamento é um estudo de caso que procura descrever dois programas de formação teológica de matiz evangélica – os cursos de teologia oferecidos pela UNIGRAN e pela UMESP. A pesquisa pergunta: como se dá a formação pastoral na modalidade a distância?

Questões básicas a serem respondidas no estudo:

1. Como os professores de teologia exercem sua função docente na modalidade EAD?
2. Qual o papel do pólo no programa de formação? Quais atividades exercem o pólo? Qual a função do tutor?
3. Quais tecnologias são usadas (LMS, softwares, material impresso, TV, rádio, móbile learning, CD-ROMs, etc.)?
4. Como os alunos têm acesso a livros importantes para estudo e pesquisa? Há uma biblioteca disponível? Que tipo de biblioteca (virtual, do pólo, do campus central)?
5. Como se desenvolvem habilidades ministeriais (pregação/homilia, aconselhamento, prática de ensino, etc.)?
6. Como se desenvolvem competências sociais? Como se dá a interação dos alunos com o instrutor e com outros alunos?
7. Como o programa trabalha a espiritualidade dos alunos?
8. Como o currículo é implementado (executado)? É por disciplina? Quanto tempo de estudo para uma disciplina? Como se ajusta ao ritmo do aluno?

Como a pesquisa de campo está em fase inicial, neste trabalho é apresentada apenas parte da discussão teórica que fundamenta o trabalho. Pretende-se com esta apresentação obter o *feedback* da comunidade científica a

fim de uma reflexão conjunta em torno da problemática do trabalho. O curso de teologia é igual aos demais cursos já oferecidos na modalidade a distância? Terá algum aspecto em que se diferencia? Sabe-se que grande parte dos que buscam os cursos teológicos de matiz evangélica no nível de bacharelado, o fazem com intenção de se habilitarem para o exercício do pastorado ou atividades semelhantes em igrejas. Como se formam essas competências para atividades religiosas na modalidade a distância?

1. Educação teológica

A educação teológica evangélica brasileira procurou seguir os modelos de educação norte-americana e européia. O modelo era de educação presencial e até bem pouco tempo no regime de internato. O/A estudante deveria deixar sua cidade e/ou Estado e dedicar-se exclusivamente aos estudos. A instituição de ensino, por sua vez, deveria dispor de alojamentos para hospedagem, cozinha, refeitório, lavanderia, além dos outros espaços para as atividades pedagógicas, tais como biblioteca, salas de aula, sala para professores, salão de culto (capela), etc. O custo para a manutenção patrimonial dessas instituições era, e ainda é para as que continuam neste modelo, muito alto.

Além da manutenção do patrimônio, esse modelo exige um forte investimento no corpo docente. Com um currículo tradicionalmente fracionado em diversas disciplinas e especialidades, obriga uma instituição, mesmo que com poucos alunos, a ter um corpo docente relativamente grande e especializado. Essa necessidade provoca dois novos problemas: além da falta de recursos financeiros para a manutenção de suas atividades, as instituições teológicas carecem de professores capacitados e habilitados para as suas diversas disciplinas.

Nas décadas de 60 e 70 a educação teológica por extensão parecia ser a saída. A idéia era levar a educação teológica até onde os estudantes viviam ou até suas igrejas e descentralizá-la dos grandes centros de formação. De acordo com esse método, os seminários não necessitariam mais de grandes prédios de aula, nem os alunos de alojamento, nem da maioria dos professores (apenas os que elaborariam os manuais de instrução). O método usado era de Instrução Programada.

Uma experiência com Educação Teológica por Extensão (ETE) que ganhou muita repercussão nas décadas de 60 e 70 foi a do Seminário Presbiteriano da Guatemala.

Kinsler comenta:

O Seminário Presbiteriano de Guatemala teve durante 25 anos, um programa tradicional de três anos em residência. Era cada vez mais evidente que, por várias razões, esse programa não estava atendendo às necessidades das igrejas. [...] Em 1963, o Seminário estabeleceu uma estrutura de ensino “por extensão”. Em quatro anos as matrículas foram de 6 para 200 (1974, p. 34).

Ao lado de todo o entusiasmo gerado pela ETE, não faltaram críticas. Almeida comenta que Aharon Sapeszian, então secretário executivo da ASTE (Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos), via a experiência do Seminário Presbiteriano da Guatemala como um “suicídio institucional” (1971, p. 76-77). Sapeszian não era de todo contra a educação teológica por extensão (Almeida, 1971, p. 27), via nela aspectos positivos, tais como, visão missiológica e sentido de liberdade. Porém, via como preocupante a diminuição do contato professor-aluno e, por causa do método de pergunta-resposta, a ausência de pensamento crítico tão necessário à obra missionária.

Será a educação a distância, com base nas novas tecnologias de comunicação e informação (TICs), capaz de suprir as deficiências do método de instrução programada?

O currículo

Júlio P. Tavares Zabatiero, professor de teologia, reconhece que o currículo do bacharelado em teologia geralmente abrange áreas de Bíblia, Teologia e História da Igreja, Prática Pastoral e Ciências de Apoio. Para Zabatiero a principal variação está no peso que cada instituição dá para cada uma dessas áreas (Zabatiero in KOHL e BARRO, 2006, p. 164).

Os cursos de Bacharel em Teologia oferecidos no Brasil eram até 1999 considerados cursos livres, não regulamentados pelo Ministério de Educação (MEC). A regulamentação que veio a partir do Parecer nº. CES 241/99^v não trouxe grandes implicações sobre questões curriculares. Os conselheiros do Conselho Nacional de Educação no ato da regulamentação procuraram levar em

conta a especificidade dos cursos de teologia e estabeleceram regras levando em conta os seguintes fatores: 1) O respeito aos princípios de liberdade religiosa e de separação entre Igreja e Estado e 2) O fato do teólogo ser uma profissão não regulamentada. Por esses motivos não foram estabelecidas diretrizes curriculares nacionais, assim o Estado evitou regulamentar o conteúdo de ensino.

A decisão do Conselho quanto a questões curriculares foi^{vi}:

a) Os cursos de bacharelado em teologia sejam de composição curricular livre, a critério de cada instituição, podendo obedecer a diferentes tradições religiosas.

b) Ressalvada a autonomia das universidades e Centros Universitários para a criação de cursos, os processos de autorização e reconhecimento obedeçam a critérios que considerem exclusivamente os requisitos formais relativos ao número de horas-aula ministradas, à qualificação docente e às condições de infra-estrutura oferecidas.

2. Educação a distância (EAD)

A educação a distância já vem de longa data. Otto Peters (2004, p. 29) aponta as cartas do apóstolo Paulo, escritas por volta de 60 d.C, como uma das primeiras experiências em educação a distância. Moore e Kearsley apresentam um breve histórico da educação a distância e o divide em cinco gerações (2007, p. 25-47): educação por correspondência (1ª Geração), educação transmitida por rádio e televisão (2ª Geração), educação através de uma abordagem sistêmica – AIM^{vii} e UA^{viii} (3ª Geração), educação através de Teleconferência (4ª Geração), educação através de aulas virtuais baseadas no computador e na Internet (5ª Geração).

Garrison e Anderson (2005, p. 57) chamam a atenção de que a classificação das gerações da educação a distância com base unicamente na tecnologia utilizada pode dar a entender que uma geração suplantou a outra ou que determinado modelo já seja ultrapassado. Pontuam que alguns programas de educação a distância de primeira e segunda geração, por exemplo, estão beneficiando milhares de estudantes. Eles preferem classificar as gerações da

EAD a partir de uma perspectiva pedagógica tendo como elemento de distinção o alcance e tipo de interação.

Desse modo, a primeira geração foi marcada pelo modo de produção industrial fordista e por noções psicológicas condutivistas (comportamentalista) e que deu origem a geração dos livros textos e manuais de estudo, também conhecidos como Instrução Programada. Nesse modelo de ensino-aprendizagem os manuais representavam o professor e a aprendizagem ocorria de forma quase sempre independente. A interação se limitava a aluno-professor através do correio postal ou telefone.

A segunda geração recebe influência das teorias cognitivas e do surgimento das novas tecnologias de comunicação e informação (TICs). Com o apoio do rádio, televisão e mais recentemente, computador e softwares. Nela foram criados os tele cursos que alcançaram de forma massiva milhares de alunos. As novas tecnologias permitiam simulações, exercícios de aprendizagem, entre outros recursos. No entanto, observam Garrison e Anderson, a interação entre professor-aluno era ainda através de correio postal e telefone.

A terceira geração de educação a distância se torna possível com o advento da rede mundial de computadores (Internet). Com os recursos tecnológicos que possibilitam interação síncrona e assíncrona e com base nas teorias construtivistas, a ênfase desta geração é a aprendizagem colaborativa. Os recursos teóricos e tecnológicos dessa geração possibilitam aos alunos a participação na negociação e acesso dos conteúdos e responsabilidades na elaboração de projetos e currículo. Nesta geração a interação não ocorre apenas entre professor-aluno, mas também e principalmente entre aluno-aluno e até em tempo real.

Garrison e Anderson comentam que autores já falam em educação a distância de quarta e quinta geração que incorporam recursos mais avançados da rede mundial de computadores e inteligência artificial (2005, p. 62). Esses recursos possibilitam interações aluno-conteúdo, aluno-instrutor, aluno-aluno, professor-conteúdo, professor-professor e conteúdo-conteúdo^{ix}.

Otto Peters prefere, ao invés de falar de evolução da educação a distância, falar de modelos. Ele distingue os seguintes modelos: modelo de preparação para exame, modelo de educação por correspondência, modelo multimídia (de massa), modelo de educação a distância em grupo, modelo do

aluno autônomo, modelo de ensino a distância baseado na rede e modelo da sala de aula tecnologicamente estendida. Peters pergunta: “A quais destes modelos devemos dar preferência?” (2004, p. 83). Ele responde: “Isso depende de fatores econômicos e de infra-estrutura, mas também do background cultural, das tradições de ensino e aprendizagem acadêmicos e dos avanços das mídias tecnológicas de informação e comunicação [...]” (2004, p. 83). Pode-se acrescentar um item a mais na lista apresentada por Peters: o modelo de educação a distância também depende do tipo de ensino e aprendizagem que se tem por objetivo. Peters conclui apostando que na universidade do futuro a tendência será a combinação de vários modelos, ou seja, modelos híbridos (2004, p. 83).

A educação a distância, nos termos que esse trabalho assume é definida conforme Art. 1º do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 que regulamenta a LDB de 1996, que diz:

Para fins deste decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos^x.

A expressão “utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação” aponta para uma educação a distância de quarta e quinta geração de acordo com a terminologia de Moore e Kearsley (foco na tecnologia), ou de terceira geração conforme Garrison e Anderson (foco na interação), ou ainda, o modelo de ensino a distância baseado na rede conforme Peters. Os referenciais de qualidade para a educação superior confirmam essa direção. Em certo trecho do documento diz:

[...] um curso superior a distância precisa estar ancorado em um sistema de comunicação que permita ao estudante resolver, com rapidez, questões referentes ao material didático e seus conteúdos, bem como aspectos relativos à orientação de aprendizagem como um todo, articulando o estudante com docentes, tutores, colegas, coordenadores de curso e disciplinas e com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo. Para atender às exigências de qualidade nos processos pedagógicos devem ser oferecidas e contempladas, prioritariamente, as condições de telecomunicação (telefone, fax, correio eletrônico, videoconferência, fórum de debate pela Internet, ambientes virtuais de aprendizagem, etc.)^{xi}.

Conclusões provisórias

1. A educação teológica compartilha os mesmos fundamentos pedagógicos com as demais áreas da educação, portanto, nela também, “As pessoas aprendem basicamente realizando atividades (interagindo), apoiadas por conteúdos e ferramentas, com vistas a atingir determinado objetivo” (Filatro *in* FORMIGA, 2009, p. 97).
2. O ensino na modalidade EAD exige uma nova pedagogia que implica numa forma diferenciada do ensino presencial (PALLOF e PRATT, 2002, p. 115, 150). Peters aponta para uma “aprendizagem autogovernada e autocontrolada, assim como de aprendizagem comunicativa e em colaboração, orientada para a realidade” (2004, p. 164).
3. O trabalho pastoral exige mais que habilidades cognitivas. É preciso para o líder de comunidades religiosas uma formação moral, comunitária e espiritual. Portanto, o modelo de EAD na educação teológica deve ser aquele onde a interação entre as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem seja priorizado. Já que os pólos realizam uma intermediação importantíssima no processo de ensino-aprendizagem na modalidade a distância (PETERS, 2006, p. 41), estes, na formação teológica, passam a ter um papel imprescindível.
4. A educação teológica, como educação superior, deve privilegiar a reflexão crítica, a descoberta e a pesquisa.

Notas:

ⁱ SANCHEZ, Fábio. **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância**. 4. ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2008, p. 23-41.

ⁱⁱ www.unigran.br/cead

ⁱⁱⁱ www.metodista.br

^{iv} www.claretiano.edu.br

^v Disponível na Internet em: <http://www.mec.gov.br> Data de acesso: 3 de março de 2009.

^{vi} MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer N°. CES 241/99. Disponível na Internet em: <http://www.mec.gov.br> Data de acesso: 3 de março de 2009.

^{vii} Articulated Instructional Media Project. Projeto dirigido por Charles Wedemeyer cujo propósito era testar a utilização e combinação de várias tecnologias de comunicação com propósito de oferecer um ensino de qualidade com menor custo (cf. MOORE e KEARSLEY, 2007, p. 34-35.).

^{viii} Universidade Aberta do Reino Unido.

^{ix} MOORE, KEARSLEY, 2007, p. 247.

^x **DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005**. Disponível na Internet em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 08 de nov. 2008.

^{xi} MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília, 2007. Disponível na Internet em: <http://www.portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf> Acesso em: 16 de fev. 2009.

Referências bibliográficas

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: UNISINOS, 2006.

PETERS, Otto. **Educação a distância em transição**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

PALLOF, Rena M.; PRATT, Keith. **Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço**: estratégias eficientes para sala de aula on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos (Orgs.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

SANCHEZ, Fábio. **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância**. 4. ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2008, p. 23-41.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thompson, 2007.

GARRISON, D. R.; ANDERSON, T. **El e-learning em el siglo XXI**: investigación y práctica. Barcelona: Octaedro, 2005.

KINSLER, F. Ross. **Educação Teológica Aberta**. Simpósio, ano VII, n. 12, agosto de 1974, p. 34.

ALMEIDA, A, J. Dimas. **Relatório da minha viagem à América Latina para informação e estudo no campo da educação teológica**. Simpósio, ano IV, n. 6, junho de 1971, p. 76-77.

KOHL, Manfred Waldemar; BARRO, Antonio Carlos. **Educação teológica transformadora**. Londrina: Descoberta, 2006.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília, 2007. Disponível na Internet em: <http://www.portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf> Acesso em: 16 de fev. 2009.

DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível na Internet em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 08 de nov. 2008.